



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE DONA INÊS
“Casa Vereador Manoel Alves de Lima”
“Sala das Comissões Vereador Manoel Henrique Gomes”

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER 003/2016

I – RELATÓRIO

Encontra-se na pauta desta Comissão o Projeto de Lei nº 004/2016, de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal de Dona Inês, e que “Reajusta o salário dos servidores efetivos, comissionados e agentes políticos municipais, e dá outras providências”.

Em continuidade ao processo legislativo foi a proposição encaminhada a esta Comissão de Justiça e Redação, para o exame de sua admissibilidade sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e de técnica legislativa, nos termos do disposto pelo artigo 42, I, do Regimento Interno desta Casa.

II – VOTO DO RELATOR

Nesse sentido, ao examinar o Projeto de Lei em pauta, restou configurado que o mesmo foi fidedigno ao estabelecido nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Tal adequação foi atingida em todos os artigos da proposição, como adiante será demonstrado.

O art. 1º fixa o piso mínimo de remuneração do servidor público, acompanhando a fixação do salário mínimo nacional, constitucionalmente assegurado.

Os artigos 2º, 3º e 4º tratam de revisão geral anual.

A Constituição Federal estabelece:

Art. 37 [...]



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE DONA INÊS
“Casa Vereador Manoel Alves de Lima”
“Sala das Comissões Vereador Manoel Henrique Gomes”

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Art. 39 [...]

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI (incluído pela Emenda Constitucional nº 19/98). (grifei)

A priori, surge a necessidade de distinguirmos aumento, reajuste e revisão geral anual.

Para a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, a revisão geral anual “presume-se que tenha por objetivo atualizar as remunerações de modo a acompanhar a evolução do Poder aquisitivo da moeda.” Assim, implica tão somente na reposição do poder aquisitivo com a manutenção do valor inicial do subsídio, ou seja, representa simplesmente a atualização monetária dos valores percebidos.

Da mesma forma entendeu o Eminente Ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio, que, por ocasião da relatoria da ADI 3459/RS, defendeu que:

“Revisão geral distingue-se de aumento. Revisão geral implica simples manutenção do equilíbrio da equação inicial, afastando-se a perda sofrida por agentes públicos e servidores em virtude da inflação. Revisão geral, e o texto da Lei Fundamental a quer, repita-se, anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices – não resulta em



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE DONA INÊS
“Casa Vereador Manoel Alves de Lima”
“Sala das Comissões Vereador Manoel Henrique Gomes”

acréscimo, mas na atualização monetária, de modo a eliminar os efeitos da inflação e com isso repor o poder aquisitivo da parcela percebida.”

De outra monta, quanto ao aumento e ao reajuste, a jurisprudência da nossa Corte Constitucional é unânime em afirmar que este é sinônimo daquele. Nesse caso há uma elevação na expressão monetária do vencimento mais do que nominal, e sim, real.

Considerando que a revisão geral anual está estritamente ligada a mera reposição do poder aquisitivo da moeda, percebe-se claramente sua diferença do aumento/reajuste.

Ainda no que se refere à revisão geral anual, doutrina e jurisprudência afirmam que a mesma pode ser feita anualmente, mediante prévia definição no ato normativo fixador da remuneração e com base em índice oficial de aferição de perda de valor aquisitivo da moeda, o que foi atendido no projeto de lei em foco, onde fora utilizado o INPC-IBGE.

Vale colacionarmos trecho do voto do Ministro do STF Carlos Ayres Brito, julgado a ADI 3599/DF:

“Não cabe a nenhum dos Poderes, arbitrariamente, fixar percentual de revisão; tem que escolher um índice oficial, medida, portanto, que sirva como termômetro para a inflação atual.”

Desse modo, analisando os artigos 2º, 3º e 4º do Projeto de Lei 004/2015, é de se vislumbrar com clareza que estamos diante da revisão geral anual. Não se trata, portanto, de aumento ou reajuste.

Cumpre registrar, também, que o Supremo Tribunal Federal tem afirmado que a Emenda Constitucional nº 19/98 elevou à categoria constitucional o direito à anualidade da revisão geral da remuneração dos servidores públicos. Desse modo, a revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da CF, consubstancia-se direito subjetivo dos servidores públicos.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE DONA INÉS
“Casa Vereador Manoel Alves de Lima”
“Sala das Comissões Vereador Manoel Henrique Gomes”

Outrossim, a legislação em foco teve como finalidade manter o poder aquisitivo da moeda em face da inflação, baseando a recomposição em período inflacionário de um ano (jan a dez de 2015), período em que não se promoveu a atualização da remuneração.

Ademais, o projeto de lei fixa o piso remuneratório do servidor municipal ocupante de cargo nos diversos níveis, quais sejam: superior, superior com especialização, com mestrado, e com doutorado.

Por fim, fixa o piso salarial dos profissionais integrantes do magistério municipal.

Infere-se que o reajuste é dado de acordo com a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Conforme a legislação vigente, a correção do piso reflete a variação ocorrida no valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), como determina o art. 5º da citada Lei.

Verifica-se, ainda, que o piso salarial municipal dos profissionais integrantes da carreira do magistério público municipal acompanhou o piso nacional fixado pelo MEC, no valor de R\$ 2.135,63.

Destarte, em análise, foi suficiente para decidir pelo VOTO FAVORÁVEL ao projeto de lei em pauta, sendo conveniente a aprovação total da matéria sem a necessidade de lhe dar substitutivo ou oferecer-lhe emendas.

III – CONCLUSÃO: PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Justiça e Redação desta Casa Legislativa, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2016, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PL 004/2016. Estiveram presentes os Senhores Vereadores DAMÁSIO BERTO DE OLIVEIRA, JOSÉ IGOR DENIZAR COSTA DA SILVA, MANOEL FERREIRA DE ARAÚJO, e o assessor jurídico da Casa, o senhor DR. GIORDANO BRUNO CANTIDIANO DE ANDRADE.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE DONA INÊS
“Casa Vereador Manoel Alves de Lima”
“Sala das Comissões Vereador Manoel Henrique Gomes”

Sala das Comissões, Vereador Manoel Henrique Gomes, 22 de fevereiro de 2016.

Damásio Berto de Oliveira
Presidente

José Igor Denízar Costa da Silva
Relator

Manoel Ferreira de Araújo
Membro